

## **NUMA E A NINFA: DILEMAS E IMPASSES DA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE REPUBLICANA**

Carlos Henrique GILENO<sup>1</sup>

- **RESUMO:** O romance *Numa e a Ninfa* manifesta temas e problemas que seriam retomados, posteriormente, por algumas interpretações clássicas da formação da sociedade brasileira. A particularidade originada pelas relações entre as esferas pública e privada no Brasil é constante naquelas interpretações, uma vez que as estruturas políticas e econômicas legadas pelo passado colonial e imperial continuaram a persistir na sociedade republicana. O presente artigo aborda alguns elementos da relação entre as esferas pública e privada na Primeira República (1889-1930), tendo por referência a narrativa do citado romance barretiano, visto que o escritor carioca descreve, no plano ficcional, os dilemas e impasses com que se defrontaria o pensamento brasileiro no contexto de crise das instituições políticas da Primeira República e do advento da Revolução de 1930.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Literatura e sociedade; pensamento brasileiro; Primeira República (1889-1930).

A colaboração de Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) no jornal de estudantes universitários da Escola Politécnica em 1897, intitulado *Lanterna*, assinalou o início de uma produção jornalística e literária que retratou, durante duas décadas, os dilemas e impasses da formação da sociedade brasileira. Entre a produção romanesca de Lima Barreto, *Numa e a Ninfa* – publicada em folhetins entre 15 de março e 26 de julho de 1915 pelo jornal carioca *A Noite*<sup>2</sup> – é a obra menos comentada e citada pelos estudiosos. *Charge* dos costumes políticos da Primeira República

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e membro do Centro de Estudos Brasileiros (CEB) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – 13081-970 – Campinas-SP. (E-mail: cgileno@uol.com.br).

<sup>2</sup> Em 3 de junho de 1911, a Gazeta da Tarde publicou o conto *Numa e a Ninfa*.

(BRAYNER, 1979), *Numa e a Ninfa* manifesta a ambigüidade que perpassa as esferas pública e privada no Brasil, tema esse que se encontra nos escritos de Nestor Duarte (1939), Sérgio Buarque de Holanda (1993) e Oliveira Vianna (1987), entre outros. A narrativa de *Numa e a Ninfa* tem por cenário o tumultuário ano eleitoral de 1910, o qual assinalou o retorno do Exército à esfera da política nacional (FAUSTO, 1985). O protagonista, Numa Pompílio de Castro, possui a ambição de ascender socialmente agarrado a um título de doutor, utilizando a sua condição de bacharel em Direito para alcançar “prestígio pessoal”.<sup>3</sup>

Não que houvesse nele um alto amor ao saber, uma alta estima às matérias que estudava e das quais fazia exame. Odiava-as até. Todas aquelas complicações de direitos e outras disciplinas pareciam-lhes vazias de sentido, sem substância, puras aparências e mesmo sem grande utilidade e significação, a não ser constituírem barreiras e obstáculos, destinados à seleção dos homens.

O jovem Numa não separava o conceito das disciplinas do da formatura; Economia Política, Direito Romano, Finanças e Medicina Legal não respondiam a certas necessidades da comunhão humana; e, se tais matérias foram criadas, descobertas ou inventadas, o foram tão somente para fabricar bacharéis em Direito. Com as outras carreiras acontecia o mesmo. (BARRETO, 1950, p. 16).

Logo após a formatura o protagonista retorna à sua terra natal, onde não consegue nenhuma colocação. Entretanto, por intermédio do “favor” de uma alta autoridade da República, Numa Pompílio de Castro assume o posto de “promotor de uma comarca de Estado longínquo”, demonstrando o espírito arrivista que norteia as suas ações, uma vez que o protagonista não poupa esforços e artimanhas para realizar a sua escalada social. Assim, a ascensão social patrocinada pelo casamento também é um meio utilizado por Numa Pompílio de Castro de forma pragmática.

De indústria, o juiz se mantivera até então solteiro. Esperava, com rara segurança de coração, que o casamento lhe desse o definitivo empurrão na vida. Aproveitara sempre o seu estado civil para encarreirar-se. A presença da menina Cogominho fê-lo pensar mais alto e relembra as suas desmedidas ambições casamenteiras. Não que ele fosse belo e

---

<sup>3</sup> O nome da personagem de Lima Barreto é uma referência satírica à lendária figura que reinou em Roma de 714 a 671 a.C. Se o Numa Pompílio romano acolhia as opiniões da Ninfa Egéria – que ficou sendo conhecida como uma boa “conselheira secreta” – o Numa Pompílio barretiano recebia os conselhos da Ninfa Edgarda, sua esposa. Portanto, já no próprio título do romance o autor deixa entrever o estilo caricatural que acompanhará o desenvolvimento do enredo. Sobre esse assunto consultar Beiguelman (1981, p. 46).

galanteador, mas, perfeitamente sabia que essas coisas não são indispensáveis para um bom casamento, desde que o noivo não viesse a fazer má figura no eirado dos diplomatas e outras pessoas exigentes da representação interna e externa do Brasil.

Com toda firmeza, com aquela firmeza que empregou para formar-se, Numa tratou de casar-se com a filha de Cogominho e não viu diante dele obstáculo algum, como aquele não vira quando tratou de casar-se com a filha do capitalista Gomes. (BARRETO, 1950, p.19).

Em verdade, Lima Barreto evidenciou, com a crítica romanesca da ascensão social pelo casamento, um tema que seria retomado pelas interpretações clássicas sobre as relações estabelecidas entre Estado e sociedade no Brasil, as quais analisam tanto a formação das instituições políticas quanto as formas de vida social legadas pelas gerações da colônia e do Império. Em *Raízes do Brasil* (1936), Sérgio Buarque de Holanda elege o exame do “personalismo ibérico” como uma forma de identificar na formação social brasileira a presença de uma “solidariedade” diversa daquela gerada pelo “individualismo burguês” (HOLANDA, 1993). A “solidariedade” vinculada ao “individualismo burguês” se ancora, essencialmente, na legitimidade racional-legal norteadas pela regra jurídica. Assim, o tipo puro de dominação legítima racional-legal despersonaliza o poder, uma vez que a administração burocrática do Estado Moderno se orienta necessariamente por objetivos impessoais, sendo as funções públicas instituídas por regras racionais e estritamente formais. Por outro lado, a aplicação daquelas regras exige uma “equipe de funcionários qualificados”, os quais não são “detentores” dos seus cargos e dos meios de administração, sendo protegidos por um “estatuto” no exercício de suas funções públicas (WEBER, 1967).

Sérgio Buarque de Holanda observa que o “personalismo ibérico” se fundamenta no “mérito pessoal”, em que a “exaltação do prestígio pessoal” é um elemento constitutivo da estrutura social ibérica, que não se pauta pela “impessoalidade” das regras formais do “individualismo burguês”. Assim, aquela exaltação embasa a “cultura da personalidade” (o “personalismo”), a qual estabelece que “[...] a desigualdade é o resultado inevitável da competição entre eles [os homens]; alguns homens seriam mais, outros menos talentosos; uns menos, outros mais dependentes dos demais. Pode-se dizer, quando muito, que o personalismo é um individualismo aristocrático, de uma aristocracia aberta ao talento” (SALLUM JR., 1999, p. 241).

Esse “individualismo aristocrático” – associado à busca do “prestígio pessoal” por aqueles indivíduos que não detêm o monopólio da propriedade da terra – engendra a “prática do favor”. Ao enumerar as classes que formavam a sociedade escravocrata e senhorial brasileira, Roberto Schwarz salienta que a escravidão constitui a “relação produtiva fundamental” daquela sociedade. Entretanto, o monopólio da propriedade da terra desenvolve três classes que mantêm relações distintas entre si. Assim, ao afirmar que a relação entre senhor e escravo é intermediada pela violência, Roberto Schwarz descreve o “mecanismo do favor”, principal elemento constitutivo da relação que a população livre e não proprietária estabelece com os detentores do monopólio da propriedade territorial, uma vez que “[...] nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do favor, direto ou indireto, de um grande” (SCHWARZ, 1992, p.16.).

Nesses termos, o “apadrinhamento” transformou-se em um elemento importante para a reprodução da vida social da elite, tanto no que se refere à prosperidade econômica como aos arranjos políticos. Em *Numa e a Ninfa*, a “prática do apadrinhamento” transparece do seguinte modo: Numa Pompílio de Castro, chefe de polícia apaniguado de políticos importantes, tira vantagens da sua posição para realizar um casamento que convenha às suas pretensões de mobilidade social.

O governador via com bons olhos a aproximação dos dois [Numa e Edgarda] e pareceu-lhe que o casamento de ambos seria útil à sua política.

Conhecendo a fama do rapaz no Estado, a sua influência, o seu atrevimento, o seu despudor em fazer do seu cargo judicial instrumento das ambições políticas do partido e de opressão para os seus adversários, Cogominho percebeu que era melhor tê-lo por aliado, antes que se unisse a Flores quase sempre disposto a não lhe obedecer totalmente.

Pouco depois de eleito deputado estadual, Numa Pompílio de Castro casara-se com a filha de Neves Cogominho sem surpresa para ninguém, nem mesmo para Flores que apadrinhara o antigo chefe de polícia. (BARRETO, 1950, p.20).

Ao analisar a organização política e social da colônia, Nestor Duarte descreve a influência exercida pelo “privatismo português” sobre a colônia luso-americana. Podemos traduzir esse “privatismo” pela assertiva de Oliveira Vianna, a qual considera a “solidariedade” gerada pelo “clã parental” um dos elementos fundamentais da cultura política brasileira, uma vez que aquela “solidariedade” concebe o Estado como um instrumento de realização dos interesses privados, particularistas (VIANNA, 1987). No livro intitulado *A ordem privada e a organização*

*política nacional* (1939), Nestor Duarte afirma que aquele “privatismo” fortaleceu a organização familiar, já que aquela organização constituía o centro econômico e político da sociedade colonial. Por outro lado, Nestor Duarte defende a idéia de que a herança do “privatismo português” criara vínculos “feudais” na colônia: os poderes locais – cerne da organização familiar – não estabelecem relações entre si, fazendo emergir instituições políticas formadas por “grupos fechados” e “exclusivistas”.

Assim, são os vínculos “feudais” que possibilitam à organização familiar adquirir caráter institucional. Segundo Nestor Duarte, o “feudalismo” brasileiro – apesar de ser diverso do europeu – organizou-se politicamente em torno da família, concentrando o poder político no *pater-familias*. Nesses termos, o Estado – que delegou à família as iniciativas econômicas e políticas – é organizado pela instituição familiar, que o transforma em instrumento de realização dos seus interesses privados, visto que a “iniciativa privada familiar” origina uma organização social “extra-estatal”, rivalizando com o Estado nas funções de “mando” e “disciplina”. Ademais, a organização familiar impossibilita a construção da unidade nacional, impondo à sociedade colonial relações de cunho parental e doméstico.

A despeito da controvérsia teórica sobre a interpretação da realidade brasileira que pode suscitar a “tese do feudalismo” de Nestor Duarte, devemos ressaltar que tanto a obtenção quanto a manutenção do “prestígio pessoal” do protagonista de *Numa e a Ninfa* dependem do seu ingresso ao “núcleo legal” da família patriarcal. O caminho àquele ingresso se torna menos árduo pelo fato de Numa Pompílio de Castro ser “branco” e “doutor”, elementos que impulsionam as suas pretensões de ascensão social, visto que tanto a política oficial do Itamarati quanto as reformas urbanas cariocas do período pretendiam a “ocultação” da população de cor por intermédio do “branqueamento” (BEIGUELMAN, 1981, p.55).

Nesse contexto, a *Belle Époque* carioca traduzia o “branqueamento” como um ideal de modernidade. Inspirando-se nas obras que Haussmann, juntamente com Luís Bonaparte, realizou em Paris (1853-1870), o prefeito Pereira Passos – que havia presenciado quando estudante na *École des Ponts e Chaussées* as reformas francesas – procurou levar a cabo com outros engenheiros experientes, tais como Lauro Müller, Paulo de Frontin, Aarão Reis e Jorge Lossio, a reforma da então capital brasileira (NEEDELL, 1993, p.57). Realizadas entre os anos de 1903 e 1906 pelo governo Rodrigues Alves, aquelas reformas destruíram bairros populares em favor

da “simbologia moderna” que a elite objetivava imprimir à visão arquitetônica do Rio de Janeiro.

Entretanto, a remodelação de ruas e avenidas, segundo Lima Barreto, não estava acompanhada de uma ampla política social que pudesse amparar os “excluídos”. Esse tema é recorrente em toda a obra ficcional e jornalística do escritor carioca. Por exemplo, a personagem do romance *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (1909), o jornalista estrangeiro Ivã Gregoróvitch, critica indivíduos e grupos que vislumbravam na reforma urbana carioca o cosmopolitismo (BARRETO, [1985?], p.117-118). Podemos dizer que aquela “modernização de fachada” não ocultava a natureza excludente do regime democrático que vigorou durante a Primeira República. Cidade mais urbanizada, sem altos índices de analfabetismo, aparentemente o Rio de Janeiro se constituía num espaço em que o exercício da cidadania era efetivo. Entretanto, apesar do voto censitário ter sido extinto, ainda era vetado o acesso às urnas aos analfabetos e às mulheres (CARVALHO, 1987, p.85). Essa exclusão política se agrava ainda mais se levarmos em conta que um grande número de cidadãos não participava das eleições, visto que predominavam as fraudes eleitorais e as violências praticadas pelos capangas dos chefes políticos. Em *Numa e a Ninfa* é o mulato Lucrecio Barba-de-Bode quem personifica o tipo de “agente político” que garantia a “paz” das eleições. Carpinteiro, Lucrecio Barba-de-Bode é aconselhado por um amigo a tomar parte na política como uma alternativa para ascender socialmente.

Era um mulato moço, nascido por aí, carpinteiro de profissão, mas de há muito que não exercia o ofício. Um conhecido, certo dia, disse-lhe que ele era bem tolo em estar trabalhando como um mouro; que isso de ofício não dá nada; que se metesse em política. Lucrecio julgava que esse negócio de política era para os graúdos, mas o amigo lhe afirmou que todos tinham direito a ela, estava na Constituição. (BARRETO, 1950, p.40).

A ingênua apreciação do personagem de Lima Barreto – de que todos os cidadãos da República poderiam participar igualmente da esfera pública, já que esse é um direito constitucional – coloca um tema central da análise de Oliveira Vianna em relação aos fundamentos históricos e sociais das instituições políticas brasileiras. Criticando o contraste existente entre as regras liberais que organizam a vida política da Primeira República e os comportamentos práticos gerados por uma cultura política que se alicerça sobre uma sociedade tradicional,

Oliveira Vianna assinala que a elite agro-exportadora apenas idealiza a realidade do país a partir da Carta Constitucional de 1891, uma vez que existe uma ambigüidade fundamental entre as instituições políticas do “país real” e a “ordem legal” do Brasil republicano. Nesse contexto, Oliveira Vianna procura descrever a impossibilidade da implantação do liberalismo anglo-saxão, visto que a ausência de cidadania dificulta a formação de um sistema de representação política eficiente: a “dependência pessoal” dos subalternos e a política de “patronagem dos clãs” de fazendeiros constituem o padrão fundamental de sociabilidade num meio predominantemente rural.

Assim, o contato de Lucrécio Barba-de-Bode com a esfera pública se realiza, ironicamente, por intermédio de agitações na Câmara, brigas eleitorais, libertação de presos e assassinatos. Esse personagem é o elemento corrompido do sistema, pertencente àquela fração da sociedade que sente que o seu destino e o dos seus descendentes estão fadados a uma constante marginalização. Essa situação Lima Barreto descreve quando Lucrécio Barba-de-Bode observa o seu filho Lúcio.

O pai viu ainda os olhos luminosos da criança, carbunculando nas escleróticas muito brancas e pensou de si para si: que vai ser dele? Lembrou-se de dar-lhe dinheiro para os sapatos com que fosse à escola, mas estava atrasado na casa. A desordem de sua vida; antigamente... que vai ser dele? Bem arranjará um emprego, fá-lo-ia estudar, e havia de tomar caminho. Que vai ser dele? E logo lhe veio o ceticismo desesperado dos imprevidentes, dos apaixonados e dos que erraram; há de ser, como os outros, como eu e muita gente. É sina! (BARRETO, 1950, p.65).

Personagem paralelo a Lucrécio Barba-de-Bode é o imigrante russo Gregory Petrovich Bogoloff. Bogoloff havia feito amizade com Lucrécio, que o hospeda em sua casa numa época em que o russo vivia uma fase de penúria material. Bogoloff formou-se na Faculdade de Línguas Orientais de sua terra natal, e, curiosamente, possui alguns traços do protagonista do romance *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, uma vez que Lima Barreto considerava a pobreza do imigrante russo uma “equivalência da mestiçagem”, tanto no que se refere à inteligência que se “choca com o meio hostil” quanto à representação falsa que num primeiro momento ambos têm da vida social (PEREIRA, 1988, p.297).

Aquele contato com livros desde o meu nascimento deu-me ‘fumaças’ e a inaptidão do intelectual de origem obscura para o esforço seguido,

quando se choca com o meio hostil. Não foi assim logo; antes, fiz o meu curso na Faculdade de Línguas Orientais da Universidade da cidade em que nasci, com certo vigor e muito entusiasmo. Aquela sórdida loja do meu pai, porém, foi para mim uma redoma, um palácio de encantos, que me tirou a visão nítida da vida, visão da sua injustiça natural, da sua baixaza imprescindível, do horror da sociedade e da vida.

Anos passei dentro dos meus 'indecentes sonhos' de quimeras de justiça e de fraternidade, e eles se fizeram tanto mais fortes quanto eu lia a mais não poder, com a fúria de vício, com febre e terríveis anseios. Inutilizei-me. (BARRETO, 1950, p.219).

Por outro lado, a viagem de Bogoloff ao Brasil é descrita de maneira a realçar as condições inumanas a que estavam submetidos os imigrantes nos navios. Miseráveis, marginais no interior do próprio meio social, eles partem para um continente desconhecido em busca de uma perspectiva incerta de melhoria mínima das condições de vida. Dessa forma, o escritor carioca estabelece uma analogia entre os navios que traziam os imigrantes e os negreiros. Esses estrangeiros são transportados sem condições de higiene e de alimentação razoável, preâmbulo que anuncia as imensas dificuldades que eles enfrentariam em terras brasileiras.

O mar tenebroso dos navegadores da Renascença foi atravessado por nós. Dir-se-ia que eles o temeram em vão; estava espelhento que nem um lago, e doce e tranqüilo.

Eu que não conhecia quase a história daquelas águas nem das terras que elas banhavam, só me lembrava que aquele era o mar da escravidão moderna, o mar dos negreiros, e que assistira durante três séculos aquele drama de sangue, de opressão e de saque, que foi o aproveitamento das terras da América pelas gentes da Europa.

Pensei comigo que em presença daquelas altas manifestações da natureza só me vinham pensamentos tristes e, longe de ter a esperança natural do emigrante, de riqueza e abastança, ia-me n'alma o mesmo desespero que tinha em Odessa. (BARRETO, 1950, p.227-228).

Contudo, o imigrante russo não sentiria apenas o desconforto da viagem oceânica, visto que Bogoloff começará a experimentar o peso do preconceito racial no desembarque. A semelhança do preconceito sofrido pelo personagem russo e por Isaías Caminha é patente. Nas *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* o preconceito se expressa quando o protagonista se encontra na delegacia para ser interrogado sobre um roubo no hotel onde está hospedado. Se o *status* de estudante de Isaías Caminha é rejeitado pelo delegado por ele ser mulato, a posição de professor do russo ao tentar ingressar em terras brasileiras é contestada também preconceituosamente pelo agente de polícia, que

enxerga na etimologia dos nomes eslavos uma ponta de subversão apoiada no anarquismo ou na exploração de prostitutas (BARRETO, 1950, p.229-230). Posteriormente, ao se firmar como cultivador “num núcleo colonial de um Estado do Sul”, Bogoloff entra em contato com a realidade da organização econômica do Brasil, que se caracteriza pela sua vocação secular de abastecedora dos mercados internacionais de produtos tropicais ou minerais.

Durante muito tempo, a fortuna do Brasil veio do pau de tinturaria que lhe deu o nome, depois do açúcar, depois do ouro e diamantes; aos poucos, por isso ou por aquilo, alguns desses produtos foram perdendo o valor ou, quando não, deixaram de ser encontrados em abundância.

Mais tarde vieram o café e a borracha, produtos ambos, que, por concorrência, quanto ao primeiro, e também, quanto ao segundo, pelo adiantamento das indústrias químicas, estão à mercê de uma valorização repentina.

Nunca a sua vida se baseara num produto indispensável à vida ou às indústrias, no trigo, no boi, na lã ou no carvão. Não era mesmo uma Austrália, não era mesmo uma Argentina, nem uma Índia com os seus arrozais. A sua vida fora sempre de expedientes e, sem carvão, e sem esses produtos primários para a existência, tinha de pagá-los caro, não só eles mas os manufaturados, de forma a não ter reservas de riquezas.

Não quero transformar a narração das minhas aventuras em ataque sistemático a essa boa terra do Brasil; e se falo nisso é para lhes mostrar quais os fatos que determinaram o mecanismo psíquico que me levou a abandonar a vida honesta de trabalho. (BARRETO, 1950, p.233-234).

Com efeito, no romance *Numa e a Ninfa*, Lima Barreto descreve a “natureza cíclica” da organização econômica nacional, tema que seria desenvolvido posteriormente por Caio Prado Júnior no livro intitulado *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942). Culturas plantadas em imensos latifúndios dependiam de uma conjuntura internacional favorável para a sua comercialização, bem como dos recursos naturais disponíveis na região. Quando um desses dois fatores era abalado, aquela produção – açúcar, ouro, diamantes, café – decairia até desaparecer. Esses “ciclos”, apesar de se debruçarem sobre produtos diferentes, vêm cumprir a mesma função, no tempo e no espaço: fornecer ao mercado internacional produtos minerais ou tropicais de elevado valor, único motivo da existência econômica do Brasil durante a toda a Colônia, no Império e na Primeira República. Da percepção dessa condição estrutural do país, Lima Barreto extrairia um diagnóstico inquietante: a organização econômica nacional se estruturava em torno de “expedientes”, não sendo capaz de oferecer à

população condições mínimas de sobrevivência nem muito menos de solidarizá-la com a adesão a uma ética baseada no “trabalho honesto”. Em *Numa e a Ninfa*, Lima Barreto antecipa a denúncia dessa falta de amparo à sobrevivência da população – que é apenas um dos elementos que impulsionam a economia brasileira com base em objetivos exógenos –, mostrando-a como uma característica tão marcante na sociedade brasileira que ela acabaria por conformar a *psique* do próprio Bogoloff. A um ponto, que o imigrante russo passaria a viver, ele também, de “expedientes” – ou seja, de “meios ilícitos” –, tornando-se conivente com as formas corruptoras da administração republicana.

A obra de Lima Barreto se destaca na literatura brasileira, justamente pelo fato de seus personagens anteciparem temas e problemas fundamentais do período de crise das instituições políticas e sociais da Primeira República. Temas e problemas que seriam constantemente retomados pelas diversas interpretações que refletiram sobre a singularidade da formação social e política brasileira nas décadas posteriores aos anos 10 do século XX, uma vez que a proclamação da República e o advento da Revolução de 30 mostrar-se-iam insuficientes para que a sociedade brasileira pudesse se desvencilhar inteiramente de seu passado colonial, escravocrata e imperial.

GILENO, C. H. *Numa e a Ninfa*: dilemmas and impasses of the republican society formation. *Perspectivas*, São Paulo, v.26, p.125-136, 2003.

■ **ABSTRACT:** *The novel Numa e a Ninfa portrays subjects and problems which they would be recovered later by some classical interpretations of the republican society formation. The particularity risen by the relationship between the private and public spheres in Brazil is constant in those interpretations since the economical and political structures inherited from the colonial and imperial past were carried on in the republican society. This paper deals with some elements from the relationship between the private and public spheres during the First Republic (1889-1930), having as a point of reference the mentioned Lima Barreto's novel because this carioca writer describes, in the fictional level, the dilemmas and impasses which the Brazilian thought would face during the moment of the crisis of the First Republican political institutions and the coming of the Revolution of 1930.*

- **KEYWORDS:** *Literature and society; Brazilian thought; First Republic (1889-1930).*

## Referências

- BARRETO, L. **Numa e a Ninfa**. São Paulo: Editora Mérito, 1950.
- \_\_\_\_\_. **Recordações do Escrivão Isaías Caminha**. Rio de Janeiro: Ediouro, [1985?].
- BEIGUELMAN, P. **Por que Lima Barreto**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- BRAYNER, S. **Labirinto do espaço romanesco: tradição e renovação da literatura brasileira (1880-1920)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1979.
- CARVALHO, J. M. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- DUARTE, N. **A ordem privada e a organização política nacional**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- FAUSTO, B. As crises dos anos vinte e a Revolução de 30. In: \_\_\_\_\_. **História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano, sociedade e instituições (1889-1930)**. 3.ed. São Paulo: Difel, 1985. p.403-426.
- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 25.ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1993.
- NEEDELL, J. D. **Belle Époque Tropical**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- PEREIRA, L. M. Prenúncios modernistas. In: \_\_\_\_\_. **História da literatura brasileira: prosa de ficção, de 1870 a 1920**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988. p.272-304.
- PRADO JR., C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1942.
- SALLUM JR., B. Sérgio Buarque de Holanda: raízes do Brasil. In: MOTA, L. D. (Org.). **Introdução ao Brasil: um banquete no trópico**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1999. p.237-256.
- SCHWARZ, R. As idéias fora do lugar. In: \_\_\_\_\_. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. 4.ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1992. p.13-28.
- VIANNA, O. **Instituições políticas brasileiras**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987.

WEBER, M. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Editora Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992. Parte 2, p.349-359.